



XXI ENANCIB

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação

50 anos de Ciência da Informação no Brasil:
diversidade, saberes e transformação social

Rio de Janeiro • 25 a 29 de outubro de 2021

XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXI ENANCIB

GT-5 – Economia e Política da Informação

ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS E REGIME DE INFORMAÇÃO: CONSIDERAÇÕES PARA A ESCOLHA DE ABORDAGEM EM ESTUDO SOBRE UMA INSTÂNCIA REPRESENTATIVA DO SETOR DE ARQUIVOS

PUBLIC POLICY ANALYSIS AND INFORMATION REGIME: CONSIDERATIONS FOR THE CHOICE OF APPROACH IN A STUDY ON A REPRESENTATIVE BODY OF THE ARCHIVES AND RECORDS BRANCH

Evelin Mintegui - Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
Cezar Karpinski - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O trabalho apresenta considerações sobre duas abordagens aventadas para o estudo de um fenômeno relacionado a formulação de políticas arquivísticas no setor cultural brasileiro, caracterizadas como políticas de informação: o regime de informação e análise de políticas públicas. Apresenta conceituação de política de informação e regime de informação, além de traçar considerações sobre o campo de estudo de políticas públicas. Em seguida, interpreta os usos do conceito de regime de informação e da análise de políticas públicas aplicados a políticas arquivísticas. Por fim, apresenta o desenho da pesquisa, demonstrando a escolha metodológica pela abordagem de análise de políticas públicas.

Palavras-Chave: regime de informação; análise de políticas públicas; políticas públicas arquivísticas.

Abstract: The paper presents considerations on two approaches for the study of a phenomenon related to the formulation of archival and records policies in the Brazilian cultural sector, characterized as information policies: the information regime and public policy analysis. It presents the conceptualization of information policy and information regime, and outlines considerations on the field of public policy studies. It then interprets the uses of the concept of information regime and public policy analysis applied to archival and records policies. Finally, it presents the research design, demonstrating the methodological choice for the public policy analysis approach.

Keywords: information regime; public policy analysis; archives and records public policies.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta referencial teórico constituído para pesquisa sobre a criação e atuação de certa instância representativa, encarregada de formular políticas culturais para o setor de arquivos. Entende-se que esta instância foi formuladora de políticas arquivísticas que, conforme proposição de Jardim (2006), pode também ser compreendida como

formadora de políticas de informação. Nesse sentido, duas perspectivas teóricas foram aventadas: a abordagem do regime de informação; e a análise de políticas públicas. Desta maneira, o objetivo desta comunicação é apresentar aproximações e distanciamentos entre as abordagens, considerando suas características e possibilidades de aplicação ao objeto de pesquisa relatado. Por meio de tais considerações, foi possível decidir pelo viés teórico que conduziria a coleta e análise dos dados da pesquisa em questão.

O texto apresenta, em um primeiro momento, a conceituação de política de informação e regime de informação. Logo, traça considerações sobre o campo de estudo de políticas públicas. A seguir, considera os usos do conceito de regime de informação e da análise de políticas públicas aplicados a políticas arquivísticas. Por fim, apresenta o desenho da pesquisa, demonstrando a escolha metodológica realizada para abordar o contexto de uma instância representativa de formulação de políticas públicas arquivísticas no Brasil.

2 POLÍTICA DE INFORMAÇÃO E REGIME DE INFORMAÇÃO

As definições sobre política de informação variam de acordo com os distintos quadros teóricos de que emergem, mas também das preocupações relacionadas aos contextos de análise. Em um primeiro momento as discussões se detinham às concepções de política como ação oriunda do Estado, principalmente. Posteriormente, a problematização abrange, de forma fluida, a ação política como distribuída e identificável nas interações sociais.

Quando relacionadas à ação do Estado, as políticas de informação foram entendidas como aquilo que os governos produziam. Neste aspecto, os estudos destacam o controle burocrático que centraliza, administrativa e politicamente, os discursos sobre a imagem do país. Além disso, essa abordagem levanta a questão das normativas sobre o registro e uso de dados pessoais e a liberdade de informação. Havia, ainda a preocupação com a coleta de dados estatísticos que fornecessem subsídios para a elaboração de políticas públicas, de forma geral, bem como a tecnologia e a infraestrutura necessárias para gerir e analisar todos esses dados. Ao menos, esses são os elementos básicos das políticas de informação, conforme definições propostas até os anos 1970 (ORNA, 2008).

Tais elementos são resultantes do contexto político mundial. As questões teóricas relacionadas à concepção das políticas de informação como produto estatal, teriam se iniciado logo após a Segunda Guerra Mundial, num cenário que leva em conta estruturas estatais,

formas de governo e características da sociedade civil do período (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009).

No que se refere ao campo de estudos sobre essas políticas, é seguro afirmar, que neste caso, a ideia de política é tomada como solução de um problema que é público e se refere à relação entre estado e cidadãos. As políticas de informação podem ser claramente associadas com normas e regulamentos e, neste caso, a Política de Informação, em maiúscula, é facilmente associável com o campo de políticas públicas, ao menos em tese. As abordagens tenderiam, então, a ser estruturais, uma vez que subjaz a ideia de que a Política determina o comportamento dos indivíduos na sociedade.

Nos estudos com esse tipo de abordagem, descobriu-se que as políticas de informação pouco existiam de maneira formalizada. Eram dispersas ou se restringiam às questões de ciência e tecnologia e, quando organizadas e implementadas, pareciam ter pouco impacto no funcionamento da sociedade. Essas e outras limitações foram apontadas por Frohmann (1995) quando demonstrou que os estudos desenvolvidos no campo da *Library and Information Science* (LIS) sobre políticas de informação podiam se resumir no seguinte: a) tomavam as políticas de informação unicamente como resultantes do estado; b) se restringiam àquelas destinadas a regulamentar o uso de documentos; c) apresentavam limitações epistemológicas derivadas da preocupação com a 'afirmação' da disciplina; d) demonstravam excessivo foco em questões técnicas, instrumentais; e) se caracterizavam pela ausência de preocupações com as relações de poder.

Nesse sentido, Frohmann (1995) potencializou a necessidade de enfrentar as questões relacionadas com políticas de informação por meio da descrição de seus regimes de informação e integrando à análise seus fluxos e agentes, retirando, assim, o foco dos instrumentos de políticas públicas de informação. Um dos argumentos utilizados pelo autor é o da diminuição da relevância do Estado na definição de tecnologias e da própria atribuição de valores à informação, reduzindo a importância dos governos como regulamentador do comportamento informacional. Entende-se que o autor se referia a mudanças nos modelos de estado então predominantes: os países do norte experimentavam, então, a plena ascensão

do neoliberalismo. Políticas de informação planejadas e documentadas parecem ser por ele associadas ao modelo desenvolvimentista, que perdia força no cenário político mundial¹.

Logo, novas abordagens acerca das políticas de informação são propostas, e a partir de então elas passam a ser compreendidas, também, como tácitas, e provenientes e/ou destinadas de/a diversos outros tipos de organizações ou comunidades. Com esse novo olhar sobre o objeto, as pesquisas tenderiam a voltar-se menos para as estruturas e mais para o âmbito da ação social dos indivíduos, consequência também da abertura disciplinar aos diversos campos de pesquisa social.

Por isso, as definições de política de informação podem variar desde definições mais restritas, relacionadas à documentação de um diretriz explícita advinda do Estado ou de uma organização formal, até definições mais dilatadas, que as tomam como mecanismos sociais para controle da informação (BURGUER apud KERR-PINHEIRO, 2010). Ou, ainda, como “o conjunto de regras, formais e informais, que diretamente restringem, estimulam, ou de qualquer outra maneira dão forma aos fluxos de informação”¹⁰ (DANIEL, 2000, s.p.).

Um marco nos estudos acerca da política de informação é o estabelecimento do conceito de regime de informação, que pode ser caracterizado como uma ferramenta heurística que seguiu a tendência de superar a dicotomia estrutura/ação social. Tal dicotomia, calcada nas diferenças entre abordagens objetivistas e subjetivistas, teve papel especialmente relevante no desenvolvimento da sociologia contemporânea, sendo estendida ao campo das ciências humanas em geral. Ainda assim, algumas leituras do conceito de regime de informação continuam a reforçar ora os aspectos estruturais, ora os aspectos de ação social, conforme a construção do objeto de pesquisa.

¹ De acordo com Bresser-Pereira (2016, p. 6), existiriam três tipos ideais de estados capitalistas: desenvolvimentista, liberal e predador. O primeiro se limitaria a garantir “a propriedade, os contratos e a moeda nacional, e a manter saudáveis as finanças públicas”, com as demais atividades econômicas atribuídas ao controle mercado. Por sua vez, o Estado desenvolvimentista “intervém de forma moderada no mercado, principalmente planejando o setor não-competitivo da economia”, enquanto o Estado predador seria caracterizado pela persecução dos objetivos dos dirigentes em lugar dos objetivos em comum da sociedade, considerado pré-industrial e de ocorrência em países que teriam realizado revoluções industriais e capitalistas. Nesse sentido, alguns autores colocam o prefixo *neo* diante de alguns casos contemporâneos do desenvolvimentismo. Para Boito Jr. e Berringer (2013, p. 13), o “neodesenvolvimentismo é o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal”. Em lugar de recorrer às diversas definições históricas, além daquelas associadas aos contextos de aplicação do termo, é suficiente aos propósitos desta pesquisa conceituar o neoliberalismo como uma acentuação do poder do mercado sobre o estado liberal. No neoliberalismo, a sociedade econômica é colocada acima da sociedade política: a liberdade de mercado seria instrumento dos direitos individuais, o inverso da relação estabelecida no liberalismo clássico (ARAÚJO, G. S., 2018).

Um exemplo de aplicação do conceito de regime de informação que procura destacar as dimensões estruturais das políticas de informação pode ser reconhecido em Braman (2004). Para a autora, ocorre uma mudança estruturante nos estados nacionais contemporâneos: de um formato burocrático passa-se a informacional. E, assim, as políticas de informação tenderiam a ter ainda mais destaque no seio dos controles de estado. Isso porque, de acordo com Braman (2004), nessa nova organização estatal haveria controle sobre o tratamento da informação de maneira deliberada e explícita, já que o exercício do poder informacional nesse novo panorama depende do controle dos fluxos informacionais. Como exemplo de abordagem calcada na ação social dos indivíduos, cita-se a concepção de regimes de informação utilizada por Ekbia (2009), que o aproxima do construto de regime de valor, proposto por Boltanski e Thevenot (2006), conforme análise de Gonzáles de Gomez (2012).

Esta última autora, faz uma definição abrangente do conceito de regime de informação que carrega consigo a possibilidade de integrar, ou mesmo desenvolver, metodologias que permitam dar conta dos múltiplos aspectos objetivos e subjetivos dos fenômenos relacionados ao campo informacional.

O conceito de “regime de informação” demarcaria um domínio amplo e exploratório no qual a relação entre a política e a informação – não preestabelecida – ficaria em observação, permitindo incluir tantas políticas tácitas e indiretas quanto explícitas e **públicas**, micro e macropolíticas, assim como permitiria articular, em um plexo de relações por vezes indiscerníveis, as políticas de comunicação, cultura e informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 35, *grifo nosso*).

De acordo com González de Gomez (2015), baseada em Ostrom (2011), o conceito pode servir tanto como quadro teórico quanto como modelo operacional. Desta maneira, o conceito de regime de informação pode servir, ao mesmo tempo, como um conceito analítico e operacional. No primeiro caso, seria capaz de integrar e expressar um conjunto de elementos que se inter-relacionam em um contexto informacional. No segundo, como um conceito capaz de orientar a coleta e a análise de dados nas pesquisas sobre políticas de informação.

Segundo Silva e Tomaél (2009), os estudos relacionados às políticas de informação teriam se deslocado, desde os anos de 1980, de seu foco estritamente governamental para outros interesses. Nesse sentido, se destacam as seguintes temáticas: direitos autorais; acesso aberto e livre; privacidade; telecomunicações e conectividades; softwares livres; propriedade intelectual; governança e governo eletrônico. Ainda assim, para as autoras, o caráter

regulatório das políticas de informação continuaria tendo grande relevância, uma vez que seria a partir dele que as condições de produção, acesso e uso de informação e comunicação poderiam ser equilibradas.

Frohmann (1995) recomendou a redução do foco em instrumentos, atores e processos estatais. É possível perceber que ele ironiza de maneira pejorativa, em uma nota de rodapé, a proposição feita por outro teórico que colocava a análise de políticas públicas como estratégia, junto com ciência da informação e a informação governamental, para a consolidação teórica desse tipo de estudo.

Ao que tudo indica, o conceito de regime de informação é proposto como forma de integrar essas distintas dimensões estruturais e de ação social. E se ele pode funcionar tanto como conceito operacionalizado quanto como quadro teórico, entende-se que, neste segundo caso, poderia integrar, também, as análises de políticas públicas.

3 O ESTUDO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Por sua vez, o estudo de políticas públicas trata-se de campo de conhecimento que apresenta diversas abordagens, que variam entre abordagens prescritivas ou descritivas, empregando métodos indutivos ou dedutivos. Regonini (2001) identifica quatro correntes teóricas: *rational analysis*, *public policy*, *public choice* e *policy inquire*. O objeto de atenção do analista varia em cada uma dessas tendências teóricas, assim como a abordagem epistemológica.

É possível afirmar que, em cada uma dessas abordagens, varia a ênfase maior ou menor nos elementos relacionados aos atores, ao conteúdo das políticas e às estruturas sociais ou às instituições das quais elas provêm enquanto demanda ou para as quais elas se destinam. Nesse sentido, cabe diferenciar três termos recorrentes desse campo de estudos, que são *polity*, *politics* e *policy*.

De acordo com Frey (2000), *polity* refere-se àquilo que ordena o sistema político: a estrutura do sistema político-administrativo, ou seja, as instituições. Já *politics* é o termo que refere aos processos políticos, no sentido de ressaltar as dissidências e embates acerca da definição de objetivos e distribuição de recursos. Por sua vez, *policy* refere-se, tradicionalmente, a conteúdos concretos das políticas, contemplando as dimensões técnicas e materiais das decisões.

Retomando Regonini (2001), a autora considera que o mínimo necessário para abordar um fenômeno de políticas públicas é descrevê-lo a partir de seus fundamentos: como, onde, que, quem e quando. Já Howlett, Ramesh e Perl (2013, p. 36) partem do pressuposto de que as abordagens para a análise de políticas públicas estariam ancoradas em abordagens positivistas (“focados na quantificação de custos e benefícios econômicos”), pós-positivistas (interessado na construção social dos problemas, dos discursos políticos e na política do processo político”), ou abordagens que apresentam foco em diferentes unidades de análise. Neste último caso, indivíduos seriam analisados por meio da *public choice*, coletividades por meio de análise de classe ou análises de grupo inspiradas no pluralismo ou corporativismo, enquanto as estruturas seriam objeto do institucionalismo (ou neoinstitucionalismo) ou do estatismo.

Desta forma, distintos modelos de análise podem ser encontrados na literatura, sendo adaptáveis aos propósitos das pesquisas. Alguns autores entendem o modelo de análise como quadros teóricos que mesclam conceitos de outros autores, mas não necessariamente definem a maneira de operacionalizá-los. Como exemplos, cita-se Araújo e Rodrigues (2017), que apresentam como modelos teóricos o modelo sequencial ou do ciclo político, o modelo dos fluxos múltiplos, o modelo do equilíbrio interrompido e o quadro teórico das coligações de causa ou de interesse.

No sentido de operacionalização dos modelos, cita-se o COQ3, proposto por Secchi (2008), que define categorias para cada um dos elementos propostos por Regonini (2001) – Como (determinação de estilos de políticas públicas, determinação de modelos de políticas públicas), Onde (categorias derivadas dos modelos de estado e regimes de governo), Quê (tipos de políticas públicas), Quem (classificação de atores políticos, definição de policy networks) e Quando (explicitação do fenômeno nos termos do ciclo de políticas públicas, em suas diversas apresentações).

Outro exemplo de modelo de análise é o de Di Giovanni (2009), que identifica as estruturas elementares das políticas públicas. Elas seriam formadas por uma estrutura formal (expressa por sua teoria, prática e objetivos), estrutura substantiva (composta por atores, interesses e regras), estrutura simbólica (composta pelos valores, saberes e linguagens) e uma estrutura material (que representa seu funcionamento, suportes e custos).

É importante não confundir a análise de políticas públicas com a avaliação de políticas públicas. De acordo com Fronza e Nogueira (2015) a avaliação é uma etapa específica do ciclo

de políticas públicas, que expressa o processo de desenvolvimento de uma política pública, destinada a verificar se o processo de implementação teria ocorrido como planejado. Claro está que existem diversas abordagens relacionadas com as diversas linhas teóricas, variando também conforme os interesses da avaliação (técnica, política ou acadêmica) (FRONZA; NOGUEIRA, 2015). A avaliação costuma embasar-se nos instrumentos de definição e gestão da política (programas, planos, projetos), enquanto as análises tendem a tomar como unidade uma rede, um grupo de interesse ou um subsistema de políticas públicas.

Nesse sentido, cabe a definição dos conceitos de subsistema de políticas públicas e o de *policy domain*. Um subsistema político é um conjunto limitado de atores e instituições, que apresentam grupos especializados em determinados aspectos de um tema relevante para a definição de uma política (CAPELLA; BRASIL, 2015). Outra definição de subsistema é proveniente do quadro teórico das coalizões de causa ou de interesse (*advocacy coalition*). Um subsistema seria definido por sua área temática, território geográfico e nível de governo, permitindo inclusive considerar em seu seio arranjos internacionais. Subsistemas seriam justapostos, sobrepostos e semiautônomos, e envolvem uma miríade de atores governamentais e não-governamentais (CARNEY; WEIBLE, 2015).

Já o *policy domain* seria caracterizado como a grande área de especialização derivada da organização burocrática de gestão do Estado, ou “a área substantiva de política pública sobre a qual os participantes na produção da política competem e fazem concessões para chegar a um acordo” (BIRKLAND, 2005, p. 97, tradução nossa). Ou seja, saúde, educação, cultura etc.

Jochim e May (2010) chamam a atenção para as limitações da aplicação do conceito de subsistema, uma vez que questões fronteiriças entre subsistemas distintos teriam a tendência a ir além deles mesmos. Para isso, propõem a ideia de *boundary-spanning policy regimes*, que poderia ser traduzido como regime político de fronteira. Desta forma, no processo de definição dos marcos conceituais da pesquisa que justifica este trabalho, retornamos à ideia de regime.

4 USOS DO REGIME DE INFORMAÇÃO E DA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS APLICADOS A POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS

Nesse ponto, foram levantadas formas de uso do conceito de regime de informação aplicado a políticas arquivísticas. Foi possível perceber que a maior parte dos usos do conceito

eram realizados de maneira operacional, orientando a coleta de dados (MINTEGUI; KARPINSKI, 2018). Na busca de elementos pelo uso de análise de políticas públicas aplicadas a políticas de informação (de maneira geral – não somente arquivísticas), verificou-se que elas são pouco frequentes.

Entre os que indicavam a metodologia de análise de políticas públicas, destacamos Relyea (2008) e Jardim, Silva e Nharreluga (2009). O primeiro deles demonstra como a política de informação estadunidense, que apresenta alta complexidade (envolvendo entre seus temas *accountability*, gestão de documentos, acessibilidade, segurança e privacidade), e compreende aspectos que remontam ao passado colonial britânico ao mesmo tempo que demonstram o desenvolvimento tecnológico do último século. O autor aponta a metodologia de análise de políticas públicas como forma de dar conta de diversos aspectos das iniciativas do governo dos Estados Unidos da América, tanto em abordagens retrospectivas quanto prospectivas.

Jardim, Silva e Nharreluga (2009) apontavam a análise de políticas públicas como abordagem para estudos na Ciência da Informação, reconhecendo que se trata de iniciativa pouco exercitada na área, apresentando algumas características desse campo de estudos que seriam interessantes aos estudos relacionados com a informação. Ao final, apresentam, ainda uma espécie de agenda de pesquisa relacionada ao tema.

Por sua vez, entre os trabalhos encontrados em que se julgou utilizarem alguma forma de metodologia de análise de políticas públicas, citam-se: Buchwald (2000), Dias (2012), Silva (2013), Hollós (2014), Pessotto (2016), Ferreira e Machado (2019) e Lopes (2019). Cabe considerar que nenhum deles utilizou o conceito de subsistema político como escopo para suas análises.

Foi possível perceber na bibliografia supracitada que, assim como nas pesquisas que utilizavam o conceito de regime de informação, a metodologia de análise de políticas públicas auxiliava de alguma maneira na operacionalização da coleta de dados das pesquisas. Concluiu-se, no entanto, que a vantagem dessa abordagem parece ser a de que a análise de políticas públicas utiliza variáveis que podem ser relacionadas com categorias mais consistentes para análise de fenômenos que tem relação com o Estado, embora não se restrinjam a ele. Isso porque tais categorias são oriundas tanto do campo de estudos de públicas quanto da ciência política.

No entanto, observou-se que a definição do regime de informação pode conferir complementaridade e permitir comparação entre subsistemas políticos distintos. Entendeu-se que a crítica ao conceito de subsistema e suas limitações poderiam ser, no caso específico da análise de políticas públicas arquivísticas no Brasil, ser superadas pela associação do conceito de subsistema com o de *policy domain*.

5 O DESENHO DA PESQUISA

Considerando os pontos teóricos apresentados, optou-se por considerar a instância representativa formuladora de políticas públicas culturais para arquivos como parte de um fenômeno de políticas públicas, que se desenvolveu em um subsistema que se denominou subsistema arquivístico amplo, relacionado ao *policy domain* específico da área de cultura. Embora a crítica de Jochim e May (2010) ao uso do conceito de subsistema seja pertinente, julgou-se que o conjunto de políticas a considerar para a análise não conjugava um conjunto tão diverso de universos políticos. Em nosso caso, foram destacados elementos constitutivos do subsistema em interação como o referido *policy domain*, a demarcação de políticas de informação, políticas arquivísticas específicas e políticas de cultura.

Desta forma, julgou-se suficiente utilizar a abordagem de análise de políticas públicas em lugar do uso do conceito de regime de informação. Para os propósitos desta pesquisa, a análise de políticas públicas foi considerada mais apropriada, uma vez que ela poderia fornecer variáveis e categorias para descrição do fenômeno. Para a operacionalização da análise, utilizou-se o método COQ3 (SECCHI, 2008), como pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1 – Variáveis e categorias utilizadas para a análise de políticas públicas aplicada à pesquisa

Variável	Categoria
Como	Determinação do estilo de políticas públicas Determinação do modelo de política pública
Onde	Modelos de estado. Categorias derivadas do regime de governo. Categorias infranacionais: regiões, locais, grupos sociais.
Quê	Tipos de políticas. Tipo de instrumento de política pública.
Quem	Classificação de atores políticos.
Quando	Ciclo de políticas públicas

Fonte: Adaptado de Secchi (2008) e Lascoumes e Les Galès (2007).

Optou-se por complementar o método definido por Secchi (2008) com a análise de tipo de instrumento de política pública, nos termos propostos por Lascoumes e Les Galès (2007), que dividem os instrumentos de políticas públicas em tradicionais (legislativos/regulatórios e

econômicos/fiscais) e novos (baseados em acordos, baseados em informação e *de jure/de facto standards*). Além disso, excluiu-se a definição da *policy network*, uma vez que seriam necessárias abordagens etnográficas ou participantes, que, embora não impossíveis de serem realizadas, seriam dificultadas pela distância temporal do evento estudado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que, se a abordagem do regime de informação é capaz de integrar as dimensões estruturantes e de agência dos fenômenos informacionais, a análise de políticas públicas pode ser utilizada como parte desse esforço. O problema de pesquisa, ou a construção do objeto a ser analisado, é que determinará a estratégia de investigação, seu quadro teórico e sua operacionalização.

Os aspectos relacionados ao funcionamento do Estado não são, por si só, limitadores da compreensão ampliada do escopo de políticas de informação. Embora a abordagem do regime de informação não tenha sido utilizada para o delineamento e análise de dados da pesquisa em questão, considera-se sua utilização em estudos futuros, que tratem especificamente da configuração e desenvolvimento histórico do subsistema arquivístico amplo do Brasil.

As abordagens aqui trazidas não são, ao menos no sentido da construção do objeto de pesquisa em questão, concorrentes, mas complementares. A integração entre as abordagens pode representar avanços no sentido de compreender o funcionamento de políticas de informação que se configurem como políticas públicas, sendo uma estratégia interessante de levantamento de dados para a reconstrução de regimes de informação, como propunha Frohmann (1995).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, G. S. Liberalismo/Neoliberalismo. *In*: DI GIOVANNI, G.; NOGUEIRA, M. A. **Dicionário de políticas públicas**. São Paulo: Editora da UNESP, 2018. p. 516-525.

ARAÚJO, L.; RODRIGUES, M. L. Modelos de análise de políticas públicas. **Sociologia: Problemas e Prática**, n. 83, p. 11-35, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/spp/2662>. Acesso em: 15 out. 2020.

BIRKLAND, T. A. **An introduction to the policy process**: theories, concepts, and models of public policy making. 2. ed. Nova York: ME Sharpe, 2005.

BOITO JR, A.; BERRINGER, T. Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 47, set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n47/04.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2021.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **On Justification: economies of worth**. Princeton: University Press, 2006.

BRAMAN, S. **The emergent global information policy regime**. Houndsmills: Palgrave Macmillian, 2004.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Modelos de estado desenvolvimentista. **FGV, São Paulo School of Economics**, Working Paper 412, fev. 2016. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Texto-Discuss%C3%A3o/350-Modelos-Estado-Desenvovimentista-TD412.pdf>. Acesso em: 26 maio 2021.

BUCHWALD, Cheryl Cowan. A case study of Canada's Coalition for Public Information in the information highway policy-making process. **Library & information Science research**, v. 22, n. 2, p. 123-144, 2000. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S074081889900050X>. Acesso em 27 ago. 2021.

CAIRNEY, P.; WEIBLE, C. Comparing and Contrasting Peter Hall's Paradigms and Ideas with the Advocacy Coalition Framework. In: HOGAN J.; HOWLETT, M. (ed.). **Policy paradigms in theory and practice: discourses, ideas and anomalies in public policy dynamics**. London: Palgrave Macmillan, 2015. p. 83-99,

CAPELLA, A. C. N.; BRASIL, F. G. Análise de políticas públicas: uma revisão da literatura sobre o papel dos subsistemas, comunidades e redes. **Novos Estudos** 101, mar. 2005. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/nec/n101/0101-3300-nec-101-0057.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.

DANIEL, E. **Information policy**. Chapel Hill - University of North Carolina, School of Information and Library Science, 2000. Disponível em: <https://ils.unc.edu/daniel/info-policy.html>. Acesso em: 12 fev. 2020.

DIAS, Adelio Segredo. **Estudo de governo eletrônico de Moçambique e do Estado de São Paulo- Brasil: uma discussão sobre as políticas**. 2012. 243 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência da Informação, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ECIC-8UBJ6S>. Acesso em: 26 maio 2021.

DI GIOVANNI, G. As estruturas elementares das políticas públicas. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP). 2009. **Caderno de pesquisa**, n. 82. Disponível em: <https://www.nepp.unicamp.br/biblioteca/periodicos/issue/download/9/CadPesqNepp82>. Acesso em: 26 maio 2021.

EKBIA, H. Information in action: a situated view. **Proceedings of the American Society for Information Science and Technology**, Vancouver, v. 46, n.1, p. 1-11, 2009. Disponível em <https://onlinelibrary.wiley.com/toc/15508390/2009/46/1>. Acesso em 26 maio 2021.

FERREIRA, G. D.; MACHADO, E. C. A biblioteca pública e a promoção da cultura e identidade de remanescentes quilombolas: o projeto pontos de leitura ancestralidade africana no Brasil. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018. **Anais** [...] Londrina: ANCIB, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102142>. Acesso em: 26 maio 2021.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 21, jun. 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/158>. Acesso em: 26 maio 2021.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information Science: applying the actor network theory. *In*: ANNUAL CONFERENCE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Edmond, Alberta. **Proceedings** [...]. Alberta, 1995. Disponível em: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.521.6657&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 26 maio 2021.

FRONZA, C. S.; NOGUEIRA, V. M. R. A avaliação e a análise de políticas públicas: uma distinção necessária. **Argumentum**, v. 7, n. 2, p. 103-116, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/10356>. Acesso em: 26 maio 2021.

GONZÁLEZ DE GOMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/975>. Acesso em: 26 maio 2021.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Políticas e regimes de informação: perspectivas. *IN*: GARCIA, J. TARGINO, M.G. **Desvendando as facetas da gestão e políticas de informação**. João Pessoa: Editora UFPB, 2015.

HOLLÓS, Adriana Cox. **O futuro da memória digital na administração pública federal brasileira**. 2014. 132 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/801>. Acesso em: 26 maio 2021.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

JARDIM, J. M. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arquivo & Administração**, v. 5, n. 2, p. 5-16, 2006.

JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. A.; NHARRELUGA, R. S. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação, **Perspectivas em Ciência da**

Informação, v. 14, n. 1, p. 2-22, jan./abr. 2009. Disponível em:
<https://www.scielo.br/pdf/pci/v14n1/v14n1a02.pdf>. Acesso em: 26 maio 2021.

JOACHIM, A. E.; MAY, P. J. Beyond Subsystems: Policy Regimes and Governance. **Policy Studies Journal**, [S.l.], v. 38, n. 2, p. 303-327, 2010. Disponível em
<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1541-0072.2010.00363.x>. Acesso em 26 maio 2021.

KERR-PINHEIRO, M. M. Processo de transformação das políticas de informação no estado informacional. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 3, n. 1, 2010. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/181/181>. Acesso em: 12 fev. 2020.

LASCOUMES, P.; LES GALÈS, P. Introduction: Understanding public policy through its instruments, **Governance**, n. 20, p. 1-21, 2007. Disponível em:
<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1468-0491.2007.00342.x>. Acesso em: 12 fev. 2020.

LOPES, Gabriel Henrique de Oliveira. **Acesso informacional no Brasil: uma análise crítica e sociopolítica da informação**. 2019. 164 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/183647>. Acesso em: 26 maio 2021.

MINTEGUI, E.; KARPINSKI, C. O conceito de regime de informação aplicado a arquivos nas teses e dissertações brasileiras. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018. **Anais [...]** Londrina: ANCIB, 2018. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103524>. Acesso em: 26 maio 2021.

ORNA, E. Information policies: yesterday, today, tomorrow. **Journal of Information Science**, v. 34, n. 4, 2008. DOI <https://doi.org/10.1177/0165551508092256>. Disponível em
<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0165551508092256>. Acesso em: 26 maio 2021.

OSTROM, E. Background on the institutional analysis and development framework. **The Policy Studies Journal**, v. 39, n. 1, 2011. Disponível em: https://gpde.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/2019/03/Ostrom-2011-Policy_Studies_Journal.pdf. Acesso em: 31 jan. 2021.

PESSOTTO, Ana Heloiza Vita. **De coadjuvante a protagonista? Os desafios da diversidade cultural, da produção audiovisual independente e regional na TV Paga**. 2016. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/144254>. Acesso em: 26 maio 2021.

REGONINI, G. **Capire le politiche pubbliche**. Mulino: Bologna, 2001.

RELYEA, Harold C. Federal government information policy and public policy analysis: A brief overview. **Library & Information Science Research**, v. 30, n. 1, p. 2-21, 2008. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0740818807001326>. Acesso em 27 ago. 2021.

SECCHI, L. COQ3: um framework de análise de políticas públicas. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 32., Caxambu, 2008, **Anais** [...] Caxambu: Anpocs, 2008. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-32-encontro/gt-27/gt32-5/2614-leonardosecchi-coq/file>. Acesso em: 26 maio 2021.

SILVA, Luiz Carlos da. **Políticas públicas de arquivo: a gestão documental do arquivo público do estado do espírito santo**. 2013. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ECIC-9C2NQR>. Acesso em: 26 maio 2021.

SILVA, T. E. da; TOMAÉL, M. I. Política de informação: tendências internacionais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., João Pessoa, 2009. **Anais** [...]. João Pessoa: ANCIB, 2009. Disponível em: http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/174/GT%205%20T%20xt%203-%20TOMA%20c3%89L%20M.%20I.doc_%20SILVA%20c%20T.%20E.%20da.%20Pol%20c3%ad%20tica%20de%20Informa%20c3%a7%20c3%a3o...pdf?sequence=1. Acesso em: 26 maio 2021.